

Diário Oficial

do Estado de São Paulo (E.U. do Brasil)

NUMERO DO DIA 200 REIS

NUMERO ATRAZADO DO ANNO CORRENTE 400 REIS

DIARIO DO EXECUTIVO**ACTOS DO INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO****PALACIO DO GOVERNO**

Decreto n. 6809, de 5 de novembro de 1934 — Desincorpora da Universidade de São Paulo e transfere para a Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, a Escola de Medicina e Veterinaria.

Decreto n. 6810, de 5 de novembro de 1934 — Cria o distrito policial de Villa Negri, no municipio e comarca de Taquaritinga.

Decreto n. 6811, de 5 de novembro de 1934 — Aprueba o contrato elaborado entre a Repartição Central de Policia e o sr. João do Amaral Camargo, para locação do predio ocupado pelo posto policial de Santo Antônio, no municipio de Sorocaba.

CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO — Sesão de 6 de novembro de 1934.

SECRETARIAS DE ESTADO

SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANÇA PÚBLICA — Directoria da Justiça — 1.a Secção — Requerimentos despachados — Communicações á Secretaria da Fazenda — 2.a Secção — Communicações — Requerimentos despachados — 3.a Secção — Requerimentos despachados — Acto — Directoria de Contabilidade — Secção do Protocolo Geral — Junta Commercial.

Rapartição Central de Policia — 1.a Secção — Actos — Requerimentos despachados — 3.a Secção —

SUMMARIO

Requerimentos despachados — 4.a Secção — Autorizações expedidas — Pagamentos autorizados — Escala.

Força Pública — 1.a Secção — Alistamento — Requerimentos despachados.

8.a Delegacia Auxiliar — Infracções do dia 31 de outubro, 1.o e 2.o de novembro — Intimação — Requerimentos despachados — Multas.

SECRETARIA DA FAZENDA E DO THESOURO — Movimento da Thesouraria — Despachos — Directoria da Fiscalização — Departamento Central de Estatística Immobiliaria — Bolsa de Fundos Publicos.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAUDE PÚBLICA — Secção de Hygiene — Secção de Grupos Escolares — Secção de Escolas Isoladas, Reunidas e Grupos Escolares de 4.a categoria — Secção de notas e Informações.

Directoria do Ensino — Requerimentos despachados — Protocolo e Informações — Associação Escolar de Escoteiros — Superintendencia de Educação Profissional.

Serviço Sanitario — Secretaria — Secção de Expediente — Secção de Contabilidade — Inspectoría de Hygiene escolar e educação sanitaria.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO — Directoria Geral — Portarias expedidas — Oficios expedidos — Directoria de Contabilidade — Extracto n. 165.

SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Acto n. 492 — Actos — Directoria Geral — Directoria de Contabilidade — Inspectoría de Serviços Publicos — Repartição de Aguas e Exgotos.

EDITAES DO EXECUTIVO**DIARIO DOS MUNICIPIOS**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE S. PAULO — Actos — Entradas e saídas de dinheiro — Dinheiro entrado na Thesouraria — Pagamentos effectuados — Requerimentos despachados — Directoria do Expediente — Directoria da Receita — Directoria de Policia — Inspectoría de Serviços de Utilidade Pública — Directoria do Patrimonio — Directoria de Obras — Directoria do Protocollo e Archivo — Serviço de Divertimentos Publicos — Serviço de Exames de Candidatos a Motociclistas — Praça — Concorrência Pública.

**EDITAES
BALANÇETES****BOLETIM FEDERAL
RECEBEDORIA FEDERAL
SERVIÇO ELEITORAL****DIARIO DA JUSTIÇA
CORTE DE APPELAÇÃO**

Sessão de Camaras Conjunctas.

Presidencia — Requerimentos despachados — Despachos — Distribuição de autos.

Secretaria — Secção Judiciária: 2.a sub-Secção: ordem do dia da 1.a Camara em 8: expediente.

Procuradoria Geral do Estado — Expediente — Despachos — Pareceres.

Cartorio — 1.o e 3.o ofícios: expediente.

EDITAES — Fóro da Capital — Fóro do interior.

**INEDITORIAES
PUBLICAÇÕES PARTICULARS**

Diário do Executivo

Actos do Interventor Federal no Estado

DECRETO N. 6.809 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1934

Desincorpora da Universidade de São Paulo e transfere para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, a Escola de Medicina Veterinária.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

considerando que não produziu os resultados desejados a incorporação da actual Escola de Medicina Veterinária à Universidade de São Paulo;

considerando que a essa Universidade deverá ser incorporado, sob novos moldes, um estabelecimento de ensino de Medicina Veterinária a ser criado;

Decreta:

Art. 1.o — Fica desincorporada da Universidade de São Paulo e transferida para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, a actual Escola de Medicina Veterinária, que passa a funcionar com a organização que tinha anterior ao decreto 6.283, de 25 de janeiro do corrente anno.

§ único — A Escola é desincorporada da Universidade de São Paulo, reger-se-á pelo Regulamento aprovado pelo decreto n. 5.333, de 4 de janeiro de 1932, suprimido, no entanto, o cargo de sub-diretor.

Art. 2.o — Serão suspensas, em 1935, as matrículas ao 1.o anno da Escola de Medicina Veterinária; em 1936, as matrículas aos 1.o e 2.o annos, e assim sucessivamente, até a sua extinção.

Art. 3.o — A proporção que cessarem as funções dos respectivos cargos, os professores cathedraticos, assim como os funcionários efectivos, com mais de cinco annos de exercício, serão postos em disponibilidade remunerada, caso e quanto não forem nomeados ou designados para outros cargos, a julgo do Governo, na mesma Escola de Medicina Veterinária ou outro estabelecimento ou repartição, da Secretaria da Agricultura, ou de outra Secretaria de Estado.

Art. 4.o — Ficam transferidos para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, os saldos das verbas orçamentarias do corrente exercício, destinadas à Escola de Medicina Veterinária.

Art. 5.o — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de novembro de 1934.

ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA

Marcio P. Munhoz

Adalberto Bueno Neto.

Publicado na Secretaria da Educação e Saude Pública em 6 de novembro de 1934.

A. Melrelles Reis Filho
Director Geral.

DECRETO N. 6.810, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1934

Cria o distrito policial de Villa Negri, no município e comarca de Taquaritinga.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

Decreta:

Artigo 1.o — Fica criado o Distrito Policial denominado Villa Negri, no município e comarca de Taquaritinga, com as seguintes divisas: Comegam no Ribeirão dos Porcos, no ponto em que neste se lança o Correjo da Areia; dahi, seguem por este acima até a estrada antiga da Taquara, que serve de divisa com Cândido Rodrigues; dahi, seguem por esta até encontrar o Correjo de Olhos d'Água e por este abaixo até a sua barra no Correjo da Água Suja; dahi, seguem por este, aguas abaixo até a sua barra no Ribeirão dos Porcos; dahi, seguem por este abaixo até a barra do Correjo da Areia, onde tiveram começo.

Artigo 2.o — O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 5 de novembro de 1934.

ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA

Valdomiro Silveira.

Publicado na Repartição Central de Policia, nos 5 de novembro de 1934.

Pelo Director Geral,

Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

DECRETO N. 6.811, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1934

Approva o contrato celebrado entre a Repartição Central de Policia e o sr. João do Amaral Camargo, para locação do predio ocupado pelo posto policial de Santo Antônio, no município de Sorocaba.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto n. 5.427, de 5 de março de 1932,

Decreta:

Art. 1.o — Fica aprovado o contrato celebrado entre a Repartição Central de Policia e o sr. João do Amaral Camargo, para locação, pelo prazo de tres (3) annos, a partir de 1.o de julho ultimo, do predio ocupado pelo posto policial de Santo Antônio, município de Sorocaba, pelo aluguel mensal de quarenta mil réis (Rs. 40\$000).

Art. 2.o — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de novembro de 1934.

ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA
Valdomiro Silveira.

Publicado na Repartição Central de Policia, aos 6 de novembro de 1934.

Pelo Director Geral,

Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO

SESSÃO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1934

Presidente — Dr. J. J. Cardoso de Melo Junior.
Secretario — Ernani Seixas Martinelli.

A's 15,30 horas, presentes os srs. Dario Ribeiro, J. Penido Burnier, J. M. Sampaio Viana, J. Ayres Netto, Adhemar Queiroz de Moraes, J. Cassio de Macedo Soares e J. A. da Fonseca Rodrigues, o sr. Presidente declara aberta a sessão, sendo lida e aprovada a acta da sessão anterior. A seguir são lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Relatado pelo sr. J. Ayres Netto:

1.226 — **Antonio Diederichsen** — Ribeirão Preto — pedido de isenção de imposto: — "O sr. Antonio Diederichsen pretende construir em Ribeirão Preto um grande predio no qual serão empregados cerca de 4.000 contes.

Requer a isenção de emolumentos, impostos por 5 annos.

As informações são todas favoráveis.

A Procuradoria do Departamento de Administração Municipal em seu parecer a fls. 910 dos autos diz:

"Os favores pleiteados não serão, pelo que se constata do processo, prejudiciais aos interesses municipais porquanto no predio a construir se instalarão estabelecimentos e profissionais que evidentemente constituirão novas fontes de rendas municipais e, dentro de pouco tempo, de impostos prediais de certa monta".

Nestas condições, o Conselho nada tem a oppôr a que se conceda a isenção solicitada". Os srs. J. M. Sampaio Viana e Dario Ribeiro votam contra o pedido e o sr. Adhemar de Moraes abstém-se de tomar parte na votação.

Relatado pelo sr. Dario Ribeiro:

1.183 — **A. M. Teixeira e Cia.** — Serviços de navegação da linha Iguape-Santos-Rio de Janeiro. — "A firma A. M. Teixeira e Cia. Ltda. assignou contrato com o Estado, para, mediante subvenção por viagem redonda, executar serviços de navegação entre os portos de Iguape, Cananéia e outros. Findo esse contrato o Director Geral que respondia pelo Expediente da Secretaria da Viação resolveu prorrogar aquele regime de subvenções, a título precário, até que o Governo tomasse uma resolução definitiva sobre o assunto. Não tendo, entretanto, a lei que fixou a despesa do Estado consignado verba alguma para o serviço dessa navegação a Secretaria da Viação expediu à Companhia um ofício declarando suspenso o regime de subvenções instituído a título precário. A